



**ATA 1881 DA 14ª SESSÃO ORDINÁRIA, 5ª SESSÃO VIRTUAL, DO 1º PERÍODO
LEGISLATIVO DO ANO DE 2020 REALIZADA EM 04 DE MAIO DE 2020.**

Aos 04 (quatro) dias do mês de maio de 2020 (dois mil e vinte), às 17h (dezesete horas), após constatar a existência de quórum regulamentar, o Sr. Presidente Felipe Veloso Soares Viana de Abreu declarou aberta a 14ª (décima quarta) Sessão Ordinária do 1º (primeiro) Período Legislativo do corrente exercício, 5ª (quinta) Sessão Virtual por ocasião da pandemia do Novo Coronavírus, que contou com a presença de 15 (quinze) vereadores (as), sendo: Alaor Cavalcante Mota Filho, Argentino Tomaz Filho, Edyr Lincon Cavalcante Dias, Felipe Veloso Soares Viana de Abreu, Francisco Wellington Urbano Cavalcante, Francisco da Costa Feitosa, João Evonilson Alexandrino de Sousa, José Wellington de Melo Gonçalves Júnior, Luis Tomaz Dino, Marco Aurélio Moreira de Aguiar, Maria de Fátima Alves Castelo Guedes, Maria de Fátima Veloso Soares Mota Bastos, Ronaldo César Feitosa Alexandrino Cidrão Filho, Valdemar Gomes Bezerra Júnior e Williana Bezerra de Carvalho. Dando início aos trabalhos da sessão, o Sr. Presidente Felipe Viana indagou aos Srs. Vereadores (as) se dispensavam a leitura da ata da sessão anterior, tendo em vista que foi encaminhada em tempo aos e-mails dos mesmos. Logo após foi colocada para deliberação do Plenário, tendo sido aprovada sem nenhuma restrição. Na sequência, informou que estava com suspeita de ter contraído o novo coronavírus, havia feito teste por sentir alguns sintomas e estava aguardando o resultado, por isso não havia comparecido ao plenário da Câmara para a sessão virtual. Depois, informou que os vereadores do PSD protocolariam requerimento de pedido de instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito. O vice-presidente Chico Neto informou que não havia sido protocolado esse requerimento na Casa. O Sr. Presidente avisou que ao ser protocolado o pedido de CPI os partidos que compunham a Casa se organizassem para indicar um membro de cada partido para a referida Comissão, atendendo a proporcionalidade partidária. O vice-presidente Chico Neto informou novamente que não havia sido protocolado esse requerimento na Casa e o Sr. Presidente comunicou que estava se antecipando para que os partidos se organizassem caso o requerimento contendo o pedido de CPI chegasse no decorrer da sessão. O vice-presidente Chico Neto advertiu que as matérias só poderiam dar entrada até a sexta-feira. Em resposta, o Sr. Presidente Felipe Viana informou que a propositura em questão não entraria na pauta daquela sessão e que a abertura de CPI não seria colocada em votação naquela sessão porque se tratava de um ato da presidência. Em seguida, passou a condução dos trabalhos para o vice-presidente, vereador Francisco da Costa Feitosa (Chico Neto), que colocou em votação a ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem nenhuma restrição. Na sequência, fez a leitura das matérias constantes no pequeno expediente, grande expediente e ordem



do dia. **PEQUENO EXPEDIENTE:** Indicações n°s 413 a 434/2020. **GRANDE EXPEDIENTE:** Projeto de Lei n° 23/2020 – Valdemar Gomes Bezerra Júnior e Alaor Cavalcante Mota Filho - Institui e dispõe a regulamentação acerca da aplicação dos Recursos referente ao Precatório de n° 0160759-28.2017.4.01.9198 e outros que venham a ser creditados com a mesma finalidade advindos do FUNDEF, e dá outras providências. Projeto de Lei n° 24/2020 do vereador Edyr Lincon Cavalcante Dias e Alaor Cavalcante Mota Filho - Concede isenção de pagamento da taxa de uso ou preço público e demais encargos devidos aos permissionários de boxes no município de Tauá durante o estado de calamidade em decorrência da epidemia do Novo Coronavírus (COVID-19). Requerimento n° 0110/2020 da vereadora Maria de Fátima Veloso Soares Mota Bastos - Requer através da Mesa Diretora, que seja oficiado ao DER, solicitando a recuperação da malha asfáltica na CE-176 que liga o aeroporto Pedro Teixeira Castelo à cidade de Tauá, neste município. Requerimento n° 0111/2020 do vereador Valdemar Gomes Bezerra Júnior - Requer do Presidente da Câmara Municipal de Tauá, após ouvido o Plenário, que officie a Secretaria de Ciências e Tecnologia de Tauá solicitando providências para falta da internet na Vila da Cachoeirinha do Pai Senhor distrito de Barra Nova. Moções de Congratulação e de Pesar n°s. 232 a 242/2020. O vereador Antonio Coutinho informou que havia recebido um telefonema do SAMU relatando que estão há dias sem abastecimento de água e solicitou enviar ofício à Cagece para resolver essa situação. Dando prosseguimento à sessão, o vice-presidente Chico Neto abriu os trabalhos para uso da tribuna, concedendo 05 (cinco) minutos para cada orador. **USO DA TRIBUNA: 1)** Fez uso da tribuna o **vereador Alaor Mota** que inicialmente falou do aumento nos casos de coronavírus no Município de Tauá e no Brasil. Pediu que a população procurasse se prevenir e ter os cuidados devidos para passar por esse período com maiores cuidados. Em seguida, falou de Projeto de Lei n° 23/2020 protocolado na Casa de sua autoria em conjunto com o vereador Valdemar Júnior que institui e dispõe a regulamentação acerca da aplicação dos Recursos referente ao Precatório de n° 0160759-28.2017.4.01.9198 e outros que venham a ser creditados com a mesma finalidade advindos do FUNDEF, e dá outras providências. Explicou que o projeto era importante por vincular e obrigar o Executivo a cumprir o percentual de 60% a todos os profissionais da educação. Em seguida, falou de outro projeto que havia dado entrada na Casa, Projeto de Lei n° 24/2020, de sua autoria em conjunto com o vereador Edyr Lincon, que concede isenção de pagamento da taxa de uso ou preço público e demais encargos devidos aos permissionários de boxes no município de Tauá durante o estado de calamidade em decorrência da epidemia do Novo Coronavírus (COVID-19). Argumentou que o projeto era uma maneira de diminuir o prejuízo dos permissionários durante o período da pandemia. Na sequencia, relatou que havia observado carros transportando lixo sem a menor condição para realizar



esse tipo de serviço, parecendo uma “lata velha”. Reportou-se a uma lei aprovada pela Casa que proibia esse tipo de uso de carro com mais de dez anos. Solicitou que fosse encaminhado ofício ao Executivo pedindo que fosse a empresa de limpeza fosse proibida de transportar lixo em veículos que não tenham condições para realizar o serviço, com base no cumprimento da lei que determina que carros velhos não podem realizar transporte. Em seguida, solicitou da Seinfra a reposição de lâmpadas na cidade, sobretudo na Rua Monsenhor Odorico de Andrade, bairro Alto Brilhante, próxima a casa do Sr. Chagas Timóteo, bem como que secretaria competente fizesse uma revisão onde precisava de iluminação pública, tanto na sede quanto nas vilas. Na sequência, comentou da falta de definição quanto à data de distribuição de merenda escolar por parte da Secretaria da Educação. Em aparte, o vereador Antonio Coutinho parabenizou o vereador Alaor pelos temas trazidos à tribuna e pelos projetos elencados. Falou, ainda, que era importante o Executivo fazer barreiras nas entradas da cidade para evitar visitas ao Município. Reiterou a falta de serviço da Cagece e o transtorno que a empresa estava causando aos munícipes. **2)** Fez uso da tribuna o **vereador Edyr Lincon** que criticou o desserviço da Cagece e que a população reclamava a falta de água por várias semanas, o que aumentava a preocupação diante da pandemia e da necessidade de redobrar os cuidados em manter a higiene. Em seguida, falou da falta de pagamento dos dentistas que atuam no Centro de Especialidades Odontológicas – CEO referentes aos meses de março e abril. Comentou que o Executivo não havia justificado essa falta de pagamento e que constava mais de um milhão de reais na conta do Consórcio Público. Argumentou sua nota de repúdio ao Consórcio Público, esperando que o órgão pudesse dar uma justificativa plausível para essa situação. Disse que diante das trocas de gestores no Executivo não sabiam mais quem era nomeado para gerir de forma administrativa o Consórcio Público e pediu que essas informações fossem trazidas para o Legislativo. Na sequência, comentou das aglomerações que ocorriam constantemente na cidade e que o Município estava sendo beneficiado mais do que nunca em questão de verbas e não justificava as filas sem ação do banco e sem ação do órgão público no intuito de disponibilizar alguns profissionais para organizar as filas mantendo a distância, distribuir mascaras e álcool em gel em parceria com o próprio banco. Destacou que o Executivo deveria ter ações prática e não apenas teórica como tem sido visto. **3)** Fez uso da tribuna o vereador Argentino Filho que inicialmente comentou que a população não aguentava mais os desmandos da empresa Cagece. Disse que o Ministério Público deveria determinar o retorno do abastecimento de água e a conclusão da outra adutora. Em aparte, o vereador Edyr Lincon sugeriu um requerimento em nome da Câmara a ser entregue aos órgãos de fiscalização porque a prestação de serviço estava inviável. Retomando a palavra, o vereador Argentino Filho sugeriu que os vereadores fossem até a Cagece e



Ministério Público para tomar as providências quanto ao desserviço da empresa. Em aparte, o vereador Alaor Mota sugeriu que a Câmara fizesse uma solicitação junto ao Ministério Público, com cópia ao Presidente da Cagece em Fortaleza, sobre o desserviço da empresa. **4)** Fez uso da tribuna o **vereador Valdemar Júnior** que inicialmente relatou que os prestadores de serviço de transporte escolar dos alunos do estado não haviam recebido os pagamentos referentes aos meses de janeiro e fevereiro e que os mesmos havia comentado que o recurso estava nos cofres do Município. Solicitou oficial a Secretaria da Educação solicitando informação sobre a existência ou não desses recursos. Na sequência, reportou-se que havia apresentado requerimentos com relação ao Consórcio Público de saúde no que se referia ao descumprimento do decreto do governador e sobre a falta de pagamento dos funcionários e estava analisando a resposta que havia sido enviada ao mesmo. Disse que apresentaria formalmente na próxima sessão requerimento com fundamento na lei de acesso à informação solicitando informações de dados financeiros e despesas do Consórcio Público de como foi recebido nos anos de 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020 com cópia dos contratos de rateio de cada ano e com repasse dos estados e municípios. Explicou que havia feito consulta sobre essas informações e não as encontrou no portal da transparência por isso apresentaria o requerimento. Logo após, fez a leitura das indicações de sua autoria que constavam no pequeno expediente. Em aparte, o vereador Marco Aurélio informou que o grupo de vereadores do PSD havia se reunido e encaminharia à Casa ainda naquela noite ainda requerimentos assinados pessoalmente pelos vereadores, sendo um requerimento referente à criação da CPI e o outro sendo a convocação do Prefeito Municipal à Casa, de forma online, para explicar sobre os recursos advindos para o combate à Covid-19. Explicou que a criação da CPI era para averiguar as demissões e nomeações que estavam ocorrendo, sem o devido respeito à seleção que houve. Disse que os requerimentos deveriam chegar a qualquer momento com as assinaturas corretas, sem serem escaneadas. Acrescentou, ainda, que havia sugerido ao Presidente da Casa providenciar um programa para assinatura digital. Retomando a palavra, o vereador Valdemar Junior comentou que havia um requerimento de sua autoria em conjunto com o vereador Vony Sousa solicitando providências para a falta de internet na vila de Cachoeirinha do Pai Senhor, no distrito de Barra Nova. Em aparte, o vereador Argentino Filho sugeriu que fosse feito um convite ao Sr. Prefeito, não sendo necessário uma convocação da Casa. Em aparte, o vereador Edyr Lincon sugeriu que a Câmara desse um prazo até sexta-feira para que o Executivo confirmasse de forma oficial a presença na sessão virtual da próxima segunda-feira e, em caso contrário, votar-se-ia o requerimento de convocação do Prefeito em regime de urgência. Dando prosseguimento à sessão, o vice-presidente Chico Neto informou que não havia dado entrada na Casa nenhum requerimento e que



não tinha mais como serem incluídos na pauta daquela sessão. **5)** Fez uso da tribuna o **vereador Wellington Júnior** que reiterou o desserviço da Cagece, destacando que diariamente a população levava reclamações da falta de abastecimento de água. Reportou que ao dar entrada na Casa do projeto de lei referente a mais trinta anos de concessão a empresa Cagece, ele, juntamente com os vereadores Edyr Lincon, Alaor Mota e Fátima Guedes apresentaram emendas ao projeto para que não houvesse tantos transtornos à população. Comentou que as contas chegavam nas casas e, por vezes, caríssimas, mesmo sem o abastecimento de água regular. Deixou seu repúdio ao órgão que só estava trazendo prejuízo à população. Pediu que o Executivo tivesse mais atenção à recuperação das estradas vicinais. Em aparte, o vereador Marco Aurélio cobrou a situação das passagens molhadas que foram danificadas e onde só estavam transitando motos e era necessário tomar providências para que pudesse transitar carros. Pediu que registrasse em ata que os requerimentos que havia citado anteriormente a respeito da criação da CPI e convocação do Prefeito haviam chegado na Câmara, devidamente assinados, e que o vereador Chico Neto não havia recebido. Em aparte o vereador Felipe Viana explicou que havia aberto os trabalhos da Casa e tinha passado para o vereador Chico Neto continuar os trabalhos da sessão porque estava doente e indagou à Casa se havia algum protocolo dos referidos requerimentos. O vereador Marco Aurélio explicou que havia sido informado que os originais dos requerimentos referentes à CPI e convocação do Prefeito haviam chegado naquele momento na Casa e que o vereador Chico Neto havia se negado em receber. O vereador Chico Neto comentou que o trabalho era interno e que o rapaz que havia chegado na Casa não poderia nem ter entrado. Disse, ainda, que ele viesse segunda-feira ou enviasse online os requerimentos porque não podia recebê-los. O vereador Felipe Viana destacou que havia aberto os trabalhos da Casa como presidente e que o vereador Chico Neto estava fazendo o acompanhamento dos trabalhos, mas quem presidia os trabalhos da Casa de certa forma era o vereador Felipe Viana. Pediu que a Secretaria da Casa o informasse por WhatsApp se os requerimentos haviam chegado e, em caso positivo, iria recebê-los. Acrescentou, ainda, que no caso do requerimento da CPI não era necessário colocar em votação, o importante era que estava assinado por um terço dos membros e por isso tomaria as providências nesse sentido e instauraria a CPI com a indicação dos membros partidários. Disse, também, que o autor da convocação do Prefeito o fizesse de forma verbal. O vereador Chico Neto indagou ao Presidente Felipe Viana se o mesmo achava certo chegar matérias no meio da sessão e ter que ser protocolado. O Presidente Felipe Viana disse que se os requerimentos tiverem sido enviados por e-mail seria a mesma formalidade. O vereador Chico Neto pediu que se deixasse claro que quem estava presidindo a sessão era o vereador Felipe Viana e que, portanto, quem estava recebendo os requerimentos



era o vereador Felipe Viana. Em aparte, a vereadora Fátima Veloso informou que havia assinado os requerimentos em questão. Reiterou o desserviço da Cagece e alertou que nesse momento de pandemia a higiene tinha que ser intensificada. Disse que a qualquer momento que a empresa não cumprir o seu serviço pode-se romper o contrato, mas que antes disso tinha que se planejar outra via de abastecimento. Em aparte, o vereador Luis Tomaz pediu que registrasse em ata que quem estava assumindo a presidência tinha deixado de receber os requerimentos. Disse achar que quem presidia era o vereador Chico Neto e fez menção ao Regimento Interno em que define que pedido de CPI deveria ser lido no momento que chegasse. Quanto ao outro requerimento referente à convocação do Prefeito, disse que se o vereador Argentino Filho se responsabilizasse que o Prefeito estaria presente na próxima segunda-feira para falar sobre o que fez, estava fazendo e iria fazer de ações contra a pandemia já que havia muito recurso chegando no Município. Em aparte, o vereador Edyr Lincon reportou-se que as emendas apresentadas ao projeto de concessão à Cagece eram no intuito de ajustar o que ao longo do tempo não tinha sido feito quanto a cobrar um serviço de qualidade e fosse responsabilizada pela má prestação de serviço. **VOTAÇÃO PARECERES DAS COMISSÕES PERMANENTES:** Dando continuidade à sessão, o vice-presidente Chico Neto colocou em **votação o Parecer da Comissão de Justiça e Redação quanto à constitucionalidade do Projeto de Lei nº 21/2020 da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Tauá - Dispõe sobre alteração dos vencimentos dos cargos efetivos da Câmara Municipal de Tauá, na forma que indica e adota outras providências.** Em votação os membros da referida comissão – Ronaldo Filho (presidente): contra; Valdemar Junior (relator): a favor e Argentino Filho (membro): a favor. Parecer do Projeto de Lei nº 21/2020 aprovado por 03 (três) votos a favor. Em seguida, a **votação do Parecer da Comissão de Finanças e Orçamento quanto à constitucionalidade do Projeto de Lei nº 21/2020 da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Tauá - Dispõe sobre alteração dos vencimentos dos cargos efetivos da Câmara Municipal de Tauá, na forma que indica e adota outras providências.** Em votação os membros da referida Comissão - Wellington Júnior: a favor; Chico Neto (relator): a favor; Luiz Tomaz (membro): a favor. O vereador Luis Tomaz alertou que o vereador Chico Neto não poderia votar pela Comissão por estar presidindo a sessão e explicou que considerasse apenas os votos dos outros dois membros. Parecer do Projeto de Lei nº 21/2020 aprovado por 02 (dois) votos a favor. **ORDEM DO DIA: Projeto de Lei nº 21/2020 da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Tauá - Dispõe sobre alteração dos vencimentos dos cargos efetivos da Câmara Municipal de Tauá, na forma que indica e adota outras providências.** Em votação: aprovado por unanimidade dos presentes – 14 (catorze) votos a favor. Dando prosseguimento à sessão, o vereador Felipe Viana informou que havia recebido os requerimentos



referente à CPI e que não cabia votação, pois era um ato da presidência. Disse, ainda, com relação ao requerimento de convocação do Prefeito que os autores do requerimento fizessem um acordo da melhor maneira possível. O vereador Edyr Lincon sugeriu a leitura do requerimento referente à CPI. **Requerimentos nº 110/2020 de autoria da vereadora Fátima Veloso - Requer através da Mesa Diretora, que seja oficiado ao DER, solicitando a recuperação da malha asfáltica na CE-176 que liga o aeroporto Pedro Teixeira Castelo à cidade de Tauá, neste município.** Em votação: aprovado por unanimidade dos presentes – 14 (catorze) votos a favor. **Requerimentos nº 111/2020 de autoria do vereador Valdemar Júnior - Requer do Presidente da Câmara Municipal de Tauá, após ouvido o Plenário, que officie a Secretaria de Ciências e Tecnologia de Tauá solicitando providências para falta da internet na Vila da Cachoeirinha do Pai Senhor distrito de Barra Nova.** Em votação: aprovado por unanimidade dos presentes – 14 (catorze) votos a favor. Por questão de ordem, o vereador Luis Tomaz disse que atendendo a sugestão dos demais vereadores, fazia um requerimento verbal convidando o Sr. Prefeito para participar da próxima sessão a fim de esclarecer as ações feitas e a serem realizadas a respeito do novo coronavírus. O vereador Edyr Lincon reiterou sugestão de enviar convite ao Prefeito para que o mesmo confirmasse até quinta-feira ou sexta-feira sua presença na sessão e, caso ele não atendesse, seria feita uma convocação. **Requerimento verbal do vereador Luis Tomaz de Convite ao Prefeito Municipal de Tauá para comparecer à Casa Legislativa a fim de prestar esclarecimentos sobre as ações praticadas pelo Município e demais assuntos relacionados ao enfrentamento do Covid-19 no Município de Tauá.** Em votação: aprovado por unanimidade dos presentes – 14 (catorze) votos a favor. Dando continuidade, o vereador Marco Aurélio pediu que registrasse em ata que o vereador presidente acatou o requerimento verbal do vereador Luis Tomaz e o colocou em votação, no entanto não acatou nem recebeu os dois requerimentos no plenário da Casa no horário da sessão que foram assinados pelos cinco vereadores. O vereador Chico Neto observou que quando terminasse a sessão iriam discutir quem tinha sido o Presidente da Sessão e comentou que o vereador Felipe Viana tinha dito que o presidente era ele e que o vereador Chico Neto estava apenas acompanhando os trabalhos. O vereador Edyr Lincon disse que a situação merecia uma manifestação do vereador Felipe Viana no intuito de assumir a sessão ou para entregar a sessão ao vereador Chico Neto. **Moções de Congratulação e de Pesar nºs. 232 a 242/2020 -** Em votação: aprovadas por unanimidade dos presentes – 14 (catorze) votos a favor. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O vereador Edyr Lincon pediu que a Presidência da Casa analisasse como seriam realizadas as sessões virtuais com relação ao tempo de tribuna porque os cinco minutos eram poucos diante da situação que o Município estava passando. Falou que o Presidente Felipe Viana sempre teve consenso com relação ao



tempo e sugeriu que o tempo de uso da palavra fosse “regulamentado”. Em seguida, pediu que os vereadores analisassem o projeto de sua autoria em conjunto com o vereador Alaor Mota sobre a concessão de isenção de pagamento da taxa de uso ou preço público e demais encargos devidos aos permissionários de boxes no município de Tauá durante o estado de calamidade em decorrência da epidemia do Novo Coronavírus (COVID-19). O vereador Argentino Filho pediu a cópia de tudo o que havia acontecido na sessão, desde o início da fala do vereador Felipe Viana até o final. O vereador Valdemar Junior observou que estava confuso saber quem estava verdadeiramente presidindo a sessão. Reforçou o pedido do vereador Edyr Lincon com relação ao tempo de uso da tribuna, sugerindo aumento no tempo. O vereador Wellington Junior reforçou que era necessário saber quanto tempo cada vereador poderia falar. O vereador Chico Neto lembrou que o vereador Felipe Viana tinha determinado cinco minutos no começo da sessão e ele havia seguido o que tinha sido definido. Disse, ainda, que o trabalho era interno e estava recebendo as matérias por e-mail. Acrescentou que um cidadão havia chegado na Câmara enviado pelo Marco Aurélio, tinha invadido a Casa e adentrado a secretaria sem o seu conhecimento e destacou que tinha achado essa situação uma falta de respeito com a Casa. O vereador Wellington Junior registrou que até aquele dia as sessões vinham sendo realizadas sem problema, mas que naquela data não havia tido sessão, primeiro porque não se sabia quem era o Presidente. Solicitou que ficasse registrado que nessa sessão ninguém soube quem presidiu a Casa. Observou que o vereador Chico Neto se encontrava na sede da Câmara e, se era o presidente ou não, era necessário que os vereadores ficassem sabendo quem era o presidente nessa sessão. O vereador Felipe Viana disse que era o presidente da sessão e que o vereador Wellington Júnior não mandava nele e frisou que quem estava na presidência dos trabalhos era ele mesmo, vereador Felipe Viana. Em resposta, o vereador Chico Neto indagou “e agora é?”. O vereador Felipe Viana explicou que tinha ligado para o vereador Chico Neto e dito ao mesmo que se não pudesse participar da sessão que o vereador fosse à Câmara para acompanhar os trabalhos e presidir a sessão. Disse que faltando quinze minutos para iniciar a sessão havia ligado para o vereador Chico Neto dizendo que estava com suspeita de ter contraído o Corona vírus, mas mesmo assim abriria os trabalhos da Casa e iria acompanhar os trabalhos da Casa. Argumentou que dessa forma abriu os trabalhos da Casa e acompanhou a sessão na condição de Presidente da Casa e que o vereador Chico Neto havia conduzido a sessão, colocou os projetos em votação, fez o seu trabalho, fez um bom trabalho e registrou que em virtude de ainda estar suspeito de Corona vírus não queria colocar nenhum servidor da Casa em risco e pediu para que o vereador Chico Neto conduzisse os trabalhos da Casa tendo atendido prontamente o seu pedido. Destacou que primeiramente tinha pedido para que o vereador Chico Neto presidisse



os trabalhos da Casa e que um pouco antes da sessão ligou para o mesmo e informou que não poderia estar presente na Câmara, mas abriria a sessão e acompanharia os trabalhos e que de certa forma o vereador Chico Neto conduziria os trabalhos e qualquer coisa faria alguma intervenção. Disse que não concordava de uma pessoa ter entrado na Casa para fazer qualquer tipo de protocolo, já havia confirmado que os requerimentos tinham sido enviados para o e-mail institucional da Câmara e a certidão do recebimento de abertura de CPI estava sendo providenciada. Falou que abriu os trabalhos, presidiu os trabalhos e o vereador Chico Neto deu continuidade à sessão e o tinha deixado a vontade para que conduzisse os trabalhos. Encerrou fazendo a leitura do requerimento de abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito que havia sido enviado para o e-mail institucional da Casa. Após a leitura da matéria o Presidente Felipe Viana voltou a palavra ao vereador Chico Neto argumentando que em certo momento a Câmara teve as duas presidências, pois ele havia começado presidindo e o vereador Chico Neto continuou e depois ele retornou por isso passava a palavra ao vereador Chico Neto para encerrar a sessão. Com a palavra, o vereador Chico Neto afirmou que o vereador Felipe Viana tinha ligado para o mesmo meia hora antes da sessão dizendo que abriria a sessão e ele iria acompanhar os trabalhos. O vereador Argentino Filho solicitou que constasse em ata que o mesmo estava pedindo toda a gravação daquela sessão e que repasse as imagens da Câmara mostrando que o rapaz entrou na Casa para entregar os requerimentos. O vereador Wellington Júnior pediu que registrasse em ata essa questão de quem era realmente o presidente da sessão e solicitou que fosse enviado para o seu e-mail ainda naquele dia uma certidão emitida e assinada pela Câmara para saber quem estava presidindo a Casa naquela sessão. O vereador Marco Aurélio pediu que constasse em ata que a pessoa que foi entregar os requerimentos não havia invadido a Câmara, pois só se invadia um lugar quando não havia permissão de entrar, se a pessoa entrou era porque alguém tinha permitido que ela entrasse na Casa. Afirmou, ainda, que o intuito não era invadir, era entregar os requerimentos devidamente assinados, diferentemente do que estava acontecendo com os documentos da Câmara nesse momento de pandemia que estavam sendo encaminhados com assinatura digitalizada, contudo como se tratava de um documento de relevância maior foi resolvido entregar com assinaturas feitas. Em resposta, o vereador Chico Neto disse que tinha sido informado por funcionário da Casa que ninguém tinha permitido a pessoa entrar na Casa e como estavam trabalhando interno não teve conhecimento da entrada da pessoa na Câmara, por isso dizia que tinha sido invasão. O vereador Marco Aurélio indagou se a pessoa tinha arrombado a porta para entrar. O vereador Chico Neto argumentou que alguém ia ser responsabilizado pela entrada da pessoa, pois como estava na presidência deveria ter conhecimento da entrada de alguém na Casa. O vereador Wellington Júnior reiterou o



pedido de envio de uma certidão as 19h03min (dezenove horas e três minutos) do dia (quatro) de maio de quem estava presidindo a Casa naquele momento e que encaminhasse a referida certidão ao seu e-mail. O vereador Alaor Mota argumentou que o vereador Felipe Viana tinha aberto os trabalhos e passado ao vereador Chico Neto para a condução e que, a partir desse momento de passar a condução dos trabalhos, o presidente era o vereador Chico Neto que havia conduzido muito bem os trabalhos. Pontuou que o vereador Chico Neto não havia votado nas matérias e que quem tinha votado as proposições era o vereador Felipe Viana porque tinha passado os trabalhos para o vereador Chico Neto conduzir. Encerrou dizendo que enquanto a condução dos trabalhos da sessão não fosse devolvida para o vereador Felipe Viana o presidente dos trabalhos era o vereador Chico Neto. Não havendo mais nada a tratar, o vice-presidente declarou encerrada a presente sessão, determinando antes a lavratura da presente Ata. Eu, Williana Bezerra de Carvalho, 1ª Secretária, providenciei e subscrevo-a na forma regimental, juntamente com o presidente da Mesa Diretora e um funcionário desta Casa Legislativa.

Williana Bezerra de Carvalho
1ª SECRETÁRIA

Cristina Oliveira Pereira
FUNCIONÁRIA

Felipe Veloso Soares Viana de Abreu
PRESIDENTE DA CMT